

CDV
Desenvolvimento
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

CDV Desenvolvimento S.A

Maracanaú – Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CDV Desenvolvimento S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CDV Desenvolvimento S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

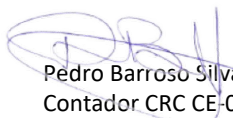
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 01 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5


Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

CDV Desenvolvimento S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.282	13.358	Fornecedores	8	19.690	7.799
Contas a receber de clientes	4	8.079	15.288	Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	686	562
Impostos a recuperar		7.765	7.357	Obrigações fiscais		1.491	2.532
Imposto de renda e contribuição social		1.369	2.236	Obrigações trabalhistas		4.552	4.100
Estoques		748	1.265	Outras obrigações		78	78
Adiantamento fornecedor		1.275	420	Obrigações com arrendamentos	6.c	262	1.027
Valor justo dos contratos de energia	17	102	11.286	Valor justo dos contratos de energia	17	2.404	7.365
Outros créditos	5	3.130	7.070				
Partes relacionadas - outros créditos	15	5.588	6.192	Total do Passivo Circulante		29.163	23.463
Total do Ativo Circulante		38.338	64.472				
Contas a receber de clientes	4	5.625	5.625	Outras obrigações		2.598	2.971
Depósitos judiciais		1.695	1.611	Obrigações com arrendamentos	6.c	372	340
Outros créditos	5	60.437	3.126	Valor justo dos contratos de energia	17	2.147	5.658
Valor justo dos contratos de energia	17	298	3.836	Tributos diferidos		-	817
Tributos diferidos	18	1.641	-				
Despesas antecipadas		78	-	Total do Passivo Não circulante		5.117	9.786
Realizável a longo prazo		69.774	14.198				
Investimentos		4.019	4.019	Patrimônio líquido	9		
Imobilizado	6	134.447	129.134	Capital social subscrito		304.930	259.214
Intangível	7	11.405	1.372	Capital a integralizar		(26.592)	(36.592)
		149.871	134.525	Prejuízos acumulados		(54.635)	(42.676)
Total do Ativo Não Circulante		219.645	148.723	Total do Patrimônio líquido		223.703	179.946
Total do Ativo		257.983	213.195	Total do Passivo		34.280	33.249
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		257.983	213.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	10	53.483	93.175
Custos operacionais	11	<u>(35.571)</u>	<u>(96.645)</u>
Lucro bruto		17.912	(3.470)
Despesas gerais ou administrativas	12	(39.022)	(29.601)
Resultado do valor justo de contratos de energia	17	(6.251)	4.547
PIS e COFINS diferidos		578	(1.334)
Outras receitas/despesas operacionais	13	<u>10.429</u>	<u>32.353</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(16.354)	2.495
Receitas financeiras	14	3.367	3.395
Despesas financeiras	14	<u>(852)</u>	<u>(3.662)</u>
Resultado financeiro líquido		2.515	(267)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(13.839)	2.228
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	(100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>1.880</u>	<u>(4.401)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>(11.959)</u>	<u>(2.273)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	<u>(11.959)</u>	<u>(2.273)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(11.959)</u>	<u>(2.273)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento p/ Futuro aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	Notas	159.214	-	41.978	-	-	40.403	160.789
Capital subscrito	9	100.000	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	9	-	63.408	-	-	-	-	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	9	-	-	21.430	-	-	-	21.430
Lucro ou (prejuízo) do exercício	9	-	-	-	-	-	2.273	2.273
Saldos em 01 de janeiro de 2024		259.214	36.592	0	-	-	42.676	179.946
Capital subscrito	9	45.715	(45.715)	-	-	-	-	0
Capital integralizado	9	-	10.000	-	-	-	-	10.000
Incorporação Santa Anna Bioenergia Ltda	9	-	63.715	-	-	-	-	63.715
Redução de capital	9	-	(18.000)	-	-	-	-	18.000
Prejuízo do exercício	9	-	-	-	-	-	(11.959)	11.959
Saldos em 31 de dezembro de 2025		304.930	(26.592)	(0)	-	-	(54.635)	223.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(11.959)	(2.273)
Ajustes para:		-	-
Depreciações	7	15.759	13.968
Amortizações		945	1.772
Depreciação incorporação Santa Anna Bioenergia Ltda		40	-
Valor justo dos contratos de energia	17	6.251	(4.547)
Juros sobre arrendamentos		211	257
PIS e COFINS diferidos		(578)	1.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.880)	4.401
Imposto de renda e contribuição social		-	100
Outros		(2)	(1.270)
		8.787	13.742
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	4	7.209	31.191
Impostos a recuperar		459	(252)
Estoques		517	243
Depósitos judiciais		(84)	-
Adiantamentos a fornecedores		(855)	77
Despesas antecipadas		(78)	-
Outros créditos	5	586	78
Partes relacionadas - outros créditos		604	(2.719)
Fornecedores		(3.377)	(32.603)
Partes relacionadas - outras contas a pagar		124	562
Obrigações trabalhistas		452	249
Obrigações fiscais		(1.107)	(2.747)
Outras obrigações	9	(373)	(5.543)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		12.864	2.279
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		12.864	2.279
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido de empresa incorporada		2	-
Aquisição de imobilizado	7	(17.773)	(27.388)
Baixa de imobilizado		12.848	17.834
Aquisição de intangível		(1.847)	(174)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(6.770)	(9.728)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	9	10.000	63.408
Redução/integralização de capital	9	(18.000)	-
Pagamento de arrendamento	7.c	(1.170)	(1.161)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	(41.978)
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		(9.170)	20.269
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(3.076)	12.819
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	13.358	539
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	10.282	13.358
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(3.076)	12.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CDV Desenvolvimento S.A (“Companhia”), com sede em Maracanaú, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, Sala 237- Distrito Industrial, estado do Ceará. A Companhia foi constituída em 13 de abril de 2009 sob a forma de capital fechado, tendo por objeto social a comercialização de energia elétrica gerada no mercado de livre negociação, incluindo a compra e venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação em quaisquer destas operações; o desenvolvimento de projetos de energia elétrica, de qualquer fonte; a prestação de serviços de consultoria e assessoria na negociação de projetos e outros serviços relacionados à geração de energias alternativas, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade; a implantação, administração de centrais geradoras: a participação, como sócia ou acionista do capital de outras sociedades ou empreendimentos; comercialização de produtos e equipamentos adquiridos de terceiros; atividades técnicas relacionadas a serviços de aerofotogrametria e aerolevantamentos; pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; consultoria em engenharia química, de processos e em tecnologia de biocombustíveis; atividade de apoio a agricultura e atividades de engenharia, arquitetura e agronomia relacionadas a energia; estudos, pesquisas e desenvolvimentos de projetos de produção de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins; o plantio, cultivo, extração, processamento para produção de biocombustíveis e comercialização.

Em 31 de dezembro de 2025, foi concluída a operação societária pela qual a CDV Desenvolvimento S.A., controlada pelo Fundo Salus FIP Multiestratégia, incorporou a Santa Anna Bioenergia Ltda., nos termos do Protocolo e Justificação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. A operação, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará, resultou na transferência integral do patrimônio da incorporada para a CDV, com a consequente extinção da Santa Anna e aumento do capital social da CDV no montante correspondente ao valor contábil avaliado das quotas incorporadas, sem impacto de caixa. A transação teve por objetivo consolidar as atividades e centralizar as estruturas das partes para a redução de custos operacionais e alavancagem das oportunidades de geração de lucro.

Santa Anna Bionergia Ltda.

Balanco Patrimonial / Acervo Líquido

(Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	Passivo	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	2	Fornecedores	897
Outros créditos	630	Obrigações fiscais	66
Adiantamento – Compra de Terra	53.326		
Total do Ativo Circulante	53.958	Total do Passivo Circulante	963
Imobilizado	1.590	Capital social subscrito	224.815
Intangível	9.131	Capital a integralizar	(159.062)
		Lucros/prejuízos acumulados	(2.037)
Total do Ativo Não Circulante	10.721	Total Patrimônio Líquido	63.716
		Total do Passivo	963
Total do Ativo	64.679	Total do Passivo + PL	64.679

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.11**– valor justo dos contratos de energia;
- **Nota 2.12** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento.
- **Nota 7** – vida útil do ativo imobilizado;

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurado por este.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos e saldos com partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras obrigações.

(i) Gerenciamento de risco

Negócios estão sujeitos a riscos, tais como operacional, de crédito, de liquidez, mercado, taxa de câmbio e taxa de juros. Os riscos a que a Companhia está sujeita devem ser gerenciados para subsidiar a tomada de decisão pelos administradores.

O gerenciamento desses riscos depende da existência de estruturas, processos, mecanismos e controles internos para conhecê-los, avaliá-los e controlá-los, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Companhia possui metodologia própria para análise criteriosa da capacidade de pagamento dos clientes, onde é atribuído limite de crédito para realizações de operações. A metodologia engloba a atribuição de crédito, monitoramento e gerenciamento das exposições. Em operações mais longas ou com início de suprimento no ano a frente, geralmente, são solicitadas garantias.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa a possibilidade da empresa de liquidar suas obrigações assumidas a preços de mercado. Para produtos mais longos e menos líquidos a Companhia aplica uma penalização de saída da posição, assim a mesma tem conhecimento do risco associado às exposições energéticas. A Companhia mantém nível de caixa adequado para garantir o cumprimento com suas obrigações presentes e futuras através de negociação de contratos de energia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é devido às oscilações dos preços de energia referente à cada maturidade. As oscilações dos preços ocorrem principalmente devido às premissas elétricas, energéticas e liquidez.

A Companhia possui metodologia própria para identificar o risco de mercado em condições normais e em condições de estresse, assim a Companhia tem conhecimento das perdas potenciais e realiza ações quando identificado como necessário. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e definidos pela metodologia, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firmado em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firmado, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com a Instrução Normativa da RFB N° 1700 de 14/03/2017 anexo III.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado pelo regime de lucro real à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia possui portfólio de contratos de energia (compra e venda) com o propósito de atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar um contrato de compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Os contratos podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

A Companhia tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações do valor justo. Para estimativa do valor justo, considera-se as cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, também, o uso de técnicas de avaliação, que considera preponderantemente:

- Preços estabelecidos nas operações realizadas via plataforma BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) e relatórios divulgados pela DCIDE.
- Margem de risco no fornecimento;
- Preço de mercado projetado no período de disponibilidade;
- Tipo de fonte de energia; e
- Tendências.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos da Companhia são classificados como “Nível 3”.

2.12 Arrendamento mercantil

(i) Como arrendatário

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo ativos de direito de uso e passivos de arrendamento calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de uso. Onde o montante do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar foram trazidos ao valor presente que foi calculada em 9,17% a.a em 2024 e em 2025.

Os contratos objetos da aplicação do referido CPC foram contratos de aluguéis, onde o fluxo de pagamento ocorreu conforme as cláusulas contratuais, obedecendo o período de carência e reajuste pactuado em cada contrato.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Caixas e equivalentes de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo fixo	315	319
Bancos conta movimento	75	103
Aplicação financeira (a)	9.892	12.936
Total	10.282	13.358

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários, junto aos Bancos Santander e Banco Safra remunerados respectivamente por 99% e 101% do CDI em 31 de dezembro de 2025, e Bancos Votorantim e Banco Safra remunerados respectivamente por 93% e 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024 com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais (a)	6.941	4.755
Salus Fundo de Investimento – nota 15 (a)	1.138	10.533
Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas) – nota 15 (b)	5.625	5.625
Total	13.704	20.913
Circulante (a)	8.079	15.288
Não circulante (b)	5.625	5.625

- (a) A Companhia registrou no ativo circulante montante de R\$ 8.079 (R\$ 15.288 em 2024) decorrente da comercialização de energia, venda de equipamentos e prestação de serviços.
- (b) A Companhia registrou no ativo não circulante montante de R\$ 5.625 (R\$ 5.625 em 2024) do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas). Trata-se de direito relativo ao projeto dos Parques conforme Termo de Compromisso assinado entre as partes, do qual a expectativa de recebimento é de quando o parque entrar em operação.

Do valor total do contas a receber em 2025, 58,95% têm vencimento em 90 dias, em 2024, 73,10%, têm vencimento em 90 dias, sendo que esses valores não possuem risco considerável de quitação e não estão vencidos e por isso a Companhia não entendeu ser necessária a elaboração de provisão para perda com a recuperação do contas a receber, visto que não há histórico de perdas.

Prazo de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
A vencer em 30 dias	4.539	11.213
A vencer em 60 dias	225	-
A vencer há mais de 365 dias	3.315	4.075
Total Geral	8.079	15.288

5 Outros créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Cessão de direitos creditórios	2.121	2.356
Contrato de Mútuo PF	721	769
Serviços eólicos e fotovoltaicos	2.828	2.828
Adiantamento de compra de terra (a)	56.312	2.986
Despesas antecipadas	2	1
Outros créditos	1.583	1.256
Total	63.567	10.196
Circulante	3.130	7.070
Não circulante	60.437	3.126

- (a) Trata-se da incorporação da primeira parcela do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e outras Avenças do imóvel rural denominado "Fazenda Codeverde" firmado pela empresa Santa Anna Bioenergia Ltda no montante de R\$ 53.326.

6 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
			acumulada		
Fazendas		28.922	-	28.922	28.922
Obras civis	3,33% a 4%	3.189	(886)	2.303	2.431
Instalações	10%	1.235	(656)	579	675
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	50.535	(13.700)	36.835	35.208
Equipamento de processamento de dados	20%	9.457	(8.008)	1.449	2.443
Veículos	20%	23.368	(15.300)	8.068	9.425
Móveis e utensílios	6%	8.649	(4.556)	4.093	4.563
Ferramentas	10%	136	(119)	17	25
Direito de uso		18.693	(17.369)	1.324	2.005
Direito de uso terra		836	(229)	607	691
Torres anemométricas	10%	34.856	(10.725)	24.131	20.202
Benfeitorias em bens de terceiros		13.135	(11.512)	1.623	2.226
Torres solarimétricas		44	(7)	37	24
Imobilizado em andamento		23.686	-	23.686	19.521
Projetos		773	-	773	773
Total		217.514	(83.067)	134.447	129.134

b. Movimentação do imobilizado

	2024	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2025
Fazendas	28.922	-	-	-	-	28.922
Obras civis	2.430	-	-	-	(127)	2.303
Instalações	677	-	-	-	(98)	579
Máquinas e equipamentos	35.207	2.765	6.112	(2.494)	(4.756)	36.834
Equipamento de processamento de dados	2.444	43	-	-	(1.038)	1.449
Veículos	9.425	3.558	-	(543)	(4.372)	8.068
Móveis e utensílios	4.563	51	248	(6)	(762)	4.094
Ferramentas	25	-	-	-	(8)	17
Direito de uso (a)	2.004	227	-	(1)	(906)	1.324
Direito de uso terra	691	-	-	-	(84)	607
Torres anemométricas	20.203	4.124	12.421	(9.792)	(2.825)	24.131
Benfeitorias em bens de terceiros	2.226	92	124	2	(820)	1.624
Torres solarimétricas	23	32	-	(15)	(3)	37
Imobilizado em andamento	19.521	22.660	(18.496)	-	-	23.685
Projetos	773	409	(409)	-	-	773
Total	129.134	33.961	-	(12.849)	(15.799)	134.447

Em 2025 a companhia teve R\$ 33.961 de adições. Desse montante, R\$ 16.188 não teve efeito caixa no período, sendo considerado apenas o montante de R\$ 17.773 com efeito caixa durante o exercício.

(a) A adição no valor de R\$ 227 e baixa do direito de uso no valor de R\$ 1 não teve efeito caixa no exercício.

	2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2024
Fazendas	28.922	-	-	-	-	28.922
Obras civis	2.558	-	-	-	(128)	2.430
Instalações	750	25	-	-	(98)	677
Máquinas e equipamentos	34.935	3.887	2.837	(2.394)	(4.058)	35.207
Equipamento de processamento de dados	3.273	391	-	(1)	(1.219)	2.444
Veículos	12.151	1.692	-	(70)	(4.348)	9.425
Móveis e utensílios	5.165	145	-	(4)	(743)	4.563
Ferramentas	30	5	-	-	(10)	25
Direito de uso (a)	2.861	628	-	(644)	(841)	2.004
Direito de uso terra	775	-	-	-	(84)	691
Torres anemométricas	16.692	7.607	5.879	(8.368)	(1.607)	20.203
Benfeitorias em bens de terceiros	1.690	1.644	-	(278)	(830)	2.226
Torres solarimétricas	10	15	14	(14)	(2)	23
Imobilizado em andamento	21.708	13.248	(8.730)	(6.705)	-	19.521
Projetos	773	-	-	-	-	773
Total	132.293	29.287	-	(18.478)	(13.968)	129.134

(b) A adição no valor de R\$ 227 e baixa do direito de uso no valor de R\$ 1 não teve efeito caixa no exercício.

c. Arrendamento

O resumo dos valores contabilizados na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo do exercício de 2025, estão demonstrados abaixo:

Movimentação do ativo direito de uso

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	2.004	2.861
Adição	227	628
Baixa	(1)	(644)
Depreciação	(906)	(841)
Total	1.324	2.004

Movimentação do passivo de arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.367	2.286
Adição	227	629
Juros incorridos	211	296
Baixa	(1)	(644)
Reversão de juros	-	(39)
Pagamentos	(1.170)	(1.161)
Total	634	1.367
Circulante	262	1.027
Não circulante	372	340

7 Intangível

	2024	Adições	Incorporação	Amortização	2025
Sistemas Aplicativos - Software	1.250	-	-	(945)	305
Marcas e Patentes	29	-	-	-	29
Projeto Agave (a)	93	1.847	9.131	-	11.071
Total	1.372	1.847	9.131	(945)	11.405

- (a) Refere-se a projeto e desenvolvimento de biocombustíveis, abrangendo as atividades de plantio, cultivo, extração e processamento de matérias-primas para a produção de biocombustíveis utilizando biotecnologia, bem como a sua comercialização, decorrentes da incorporação da empresa Santa Anna Bioenergia Ltda.

8 Fornecedores nacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Comercialização de energia	2.493	3.822
Compra de imobilizado (a)	14.371	1.270
Seguro garantia regulatória	-	1.830
Outros fornecedores	2.826	877
Total	19.690	7.799

- (a) Refere-se a compra de torre metálica estaiada anemométrica de 140 metros, com o fornecedor IS Industria Metalurgica Ltda.

9 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$ 278.338 (R\$ 222.623 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2025		31/12/2024	
	%	Valor	%	Valor
Acionistas				
Salus Fundo de Investimento em Participações	100,00%	278.338	100,00%	222.623
Total	100,00%	278.338	100,00%	222.623

Em 17 de outubro de 2025 houve redução de capital subscrito no montante de R\$ 18.000 em sua totalidade com saída em caixa e equivalente de caixa.

Em 31 de dezembro de 2025 foi subscrito e integralizado capital no montante de R\$ 63.715 com entrada em caixa e equivalente de caixa, oriundo da incorporação da empresa Santa Anna Bioenergia Ltda.

No exercício de 2025, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 10.000 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

10 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia decorrem das seguintes fontes: (i) venda de energia elétrica adquirida de terceiros; (ii) arrendamento mercantil - aluguéis; e (iii) prestação de serviço de consultoria para a venda de projetos relacionados à geração de energias alternativas; que estão assim representadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda de energia elétrica adquirida de terceiro (a)	35.723	80.400
Receita de direito de uso imóveis próprios	133	126
Receita de arrendamento mercantil	16.023	11.862
Receita de consultoria empresarial – projetos eólicos (b)	7.214	10.527
(-) Impostos		
PIS	(975)	(1.700)
COFINS	(4.491)	(7.829)
ISS	(144)	(211)
Total	53.483	93.175

- (a) Em virtude da parceria entre a CDV Desenvolvimento SA, Casa dos Ventos S.A e a Total Energies a gestão estratégica do grupo optou por centralizar a comercialização de energia na Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A., dessa forma as receitas de venda com energia elétrica vem diminuindo quando comparada a anos anteriores.
- (b) Refere-se a consultoria prestada para Salus Fundo de Investimento.

11 Custos operacionais

Refere-se a energia comprada para comercialização e consultoria empresarial.

	31/12/2025	31/12/2024
Custos com energia comprada para revenda	(28.357)	(85.911)
Encargos com energia	<u>-</u>	<u>(207)</u>
Custo de consultoria empresarial – projetos eólicos (a)	<u>(7.214)</u>	<u>(10.527)</u>
Total	<u>(35.571)</u>	<u>(96.645)</u>

(a) Refere-se a consultoria prestada para Salus Fundo de Investimento.

12 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Consultoria	(6.739)	(3.298)
Viagens e diárias	(6.383)	(5.787)
Serviços prestados pessoa jurídica	(833)	(851)
Salários	(45.209)	(39.406)
Manutenção de veículos	(6.221)	(6.015)
Despesas com manutenção	(1.102)	(1.098)
Ressarcimentos de compartilhamento de despesas (a)	59.204	54.905
Depreciação e amortização	(16.704)	(15.740)
Tributos e contribuições estaduais	(5.952)	(12)
Serviço de manutenção de informática	(3.114)	(1.981)
Despesa com escritório (b)	<u>(1.238)</u>	<u>(2.438)</u>
Outras despesas	<u>(4.731)</u>	<u>(8.240)</u>
Total	<u>(39.022)</u>	<u>(29.601)</u>

(a) Refere-se a operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com as SPEs (coligadas do Fundo Salus).

(b) Refere-se a despesas com refeições, assinaturas, copa e cozinha, material de expediente e limpeza, correios, manutenções, segurança, dentre outras despesas operacionais.

13 Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas com operação de cessão (a)	8.099	26.210
Recuperação de despesas (b)	2.330	88
Bonificações e brindes	-	17
Outras receitas (c)	<u>-</u>	<u>6.040</u>
	<u>10.429</u>	<u>32.355</u>
Doações	-	(2)
Outras despesas/receitas líquidas operacionais	<u>10.429</u>	<u>32.353</u>

(a) Trata-se da receita que a Companhia recebe referente a um valor determinado em contrato de cessão sobre a geração de energia do parque eólico de IBITU.

- (b) Trata-se de recuperação de despesas do exercício anterior.
- (c) Trata-se de receitas oriundas de estudos realizado pela CDV Desenvolvimento SA.

14 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação	1.755	1.407
Descontos obtidos	-	463
Variação cambial	58	199
Outras receitas financeiras (a)	1.554	1.326
	3.367	3.395
Despesas financeiras		
IOF	(112)	(104)
Taxas bancárias	(23)	(24)
Multas e juros passivos	(111)	(641)
Garantia de fiel cumprimento (a)	-	(2.391)
Fiança bancária	(195)	-
Juros sobre operações com fornecedores	-	(1)
Juros com contratos de aluguéis	(179)	(266)
Juros sobre direito de uso	(32)	(29)
Variação cambial	(200)	(206)
	(852)	(3.662)
Total	2.515	(267)

- (a) Referem-se às receitas financeiras decorrentes de cessão de direito de uso.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Salus Fundo de Investimento – receita consultoria	800	10.527
Salus Fundo de Investimento – reembolso de despesa	338	33
Crédito compartilhamento (a)	5.588	6.192
Ativo não circulante		
Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (b)	5.625	5.625
Total ativo	12.351	22.377
Passivo circulante		
Partes relacionadas com fornecedores	686	562
Total passivo	686	562
Compartilhamento de despesa (c)	(7.872)	(5.610)
Ressarcimentos de compartilhamento de despesas (a)	67.024	60.515
Total Resultado	59.152	54.905

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Companhia e posteriormente são rateadas com as SPEs (coligadas do Fundo Salus) mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

- (b) A Companhia registrou no ativo não circulante montante de R\$ 5.625 do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas). Trata-se de direito relativo ao projeto dos Parques conforme Termo de Compromisso assinado entre as partes, do qual a expectativa de recebimento é de quando o parque entrar em operação.
- (c) Trata-se de despesas administrativas incorridas e pagas pela Casa dos Ventos S.A. e posteriormente reembolsadas pela CDV Desenvolvimento.

Remuneração da Administração

A Companhia não realiza diretamente o pagamento de remuneração aos membros da administração. Conforme estrutura de governança estabelecida, a administração é composta por membros remunerados diretamente pela gestora do fundo que exerce o controle da CDV Desenvolvimento S.A.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	10.282	10.282	13.358	13.358
Contas a receber de clientes	13.704	13.704	20.914	20.914
Outros créditos	63.567	63.567	10.289	10.289
Valor justo dos contratos de energia – Ativo	400	400	15.122	15.122
Adiantamento a fornecedor	1.275	1.275	420	420
Partes relacionadas - outros créditos (ativo)	5.588	5.588	6.192	6.192
Fornecedores	(19.690)	(19.690)	(7.799)	(7.799)
Outras obrigações	(2.676)	(2.676)	(3.049)	(3.049)
Partes relacionadas - fornecedores passivos	(686)	(686)	(562)	(562)
Valor justo dos contratos de energia – Passivo	(4.551)	(4.551)	(13.022)	(13.022)
Total	67.213	67.213	41.863	41.863

Todos os instrumentos financeiros da Companhia apresentam valores contábeis aproximados de seus valores justos, avaliados pelo custo histórico, exceto “Valor Justo de Contrato de Energia”, pelo valor justo por meio do resultado (nível 2) – Nota Explicativa 2.11.

17 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente (contratos futuros), cujas posições em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são as seguintes:

	31/12/2025 (resultado)	Reconhecimento do período	Realizada provisão	31/12/2024
Ativo				
Ganho temporário – Circulante	102	102	(11.286)	11.286
Ganho temporário - Não circulante	298	298	(3.836)	3.836
	400	400	(15.122)	15.122
Passivo				
Perda temporária – Circulante	(2.404)	(2.404)	7.365	(7.365)
Perda temporária - Não circulante	(2.147)	(2.147)	5.658	(5.658)
	(4.551)	(4.551)	13.023	(13.023)
Resultado do valor justo de contrato de energia	(6.251)	(4.151)	(2.099)	4.547

	31/12/2024 (resultado)	Reconhecimento do período	Realizada provisão	31/12/2023
Ativo				
Ganho temporário – Circulante	11.286	11.286	(28.689)	28.689
Ganho temporário - Não circulante	<u>3.836</u>	<u>3.836</u>	<u>(18.809)</u>	<u>18.809</u>
	<u>15.122</u>	<u>15.122</u>	<u>(47.498)</u>	<u>47.498</u>
Passivo				
Perda temporária – Circulante	(7.365)	(7.365)	32.833	(32.833)
Perda temporária - Não circulante	<u>(5.658)</u>	<u>(5.658)</u>	<u>17.113</u>	<u>(17.113)</u>
	<u>(13.023)</u>	<u>(13.023)</u>	<u>49.946</u>	<u>(49.946)</u>
Resultado do valor justo de contrato de energia	<u>4.547</u>	<u>2.099</u>	<u>2.448</u>	<u>(21.907)</u>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2025. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo em 2031.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 11.959 (2024: prejuízo de R\$ 2.273).

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.959)	(2.173)
Adições temporárias e permanentes	6.577	8.413
Exclusões temporárias e permanentes	<u>(3.602)</u>	<u>(5.719)</u>
Lucro real	(8.984)	521
(-) Compensação	-	(156)
Lucro tributável	-	365
IPPJ/CSLL Vigente (24%)	-	88
Adicional IRPJ (10%)	-	12
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>4,60%</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>-</u>	<u>(100)</u>

(a) Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	31/12/2025	Reconhecimento do período	Reversão período anterior	31/12/2024
Imposto de renda diferido	1.370	1.370	(3.224)	3.224
Contribuição social diferido	510	510	(1.177)	1.177
Imposto de renda e Contribuição social diferido	1.880	1.880	(4.401)	4.401

	31/12/2024	Reconhecimento do período	Reversão período anterior	31/12/2023
Imposto de renda diferido	3.224	3.224	(4.922)	4.922
Contribuição social diferido	1.177	1.177	(1.789)	1.789
Imposto de renda e Contribuição social diferido	4.401	4.401	(6.711)	6.711

	31/12/2025	Reconhecimento do período	Reversão período anterior	31/12/2024
Valor justo dos contratos de energia (ativo)	400	400	11.286	11.286
Valor justo dos contratos de energia (passivo)	(4.551)	(4.551)	3.836	3.836
Resultado do valor justo dos contratos de energia	(4.151)	(4.151)	15.122	15.122
Pis e Cofins diferidos (9,25%)	9,25%	(578)	(578)	1.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34%	(1.880)	(1.880)	4.401
Impostos diferidos	(2.458)	(2.458)	5.735	5.735

	31/12/2024	Reconhecimento do período	Reversão período anterior	31/12/2023
Valor justo do contas a receber	11.286	11.286	(47.498)	47.498
Valor justo do contas a pagar	3.836	3.836	59.819	(59.819)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	15.122	15.122	12.321	(12.321)
Pis e Cofins diferidos (9,25%)	9,25%	1.334	1.334	(1.155)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34%	4.401	4.401	(3.762)
Impostos diferidos	5.735	5.735	(4.917)	4.917

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais a compensar:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais	(8.984)	(4.410)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foi constituído ativo diferido sobre prejuízo fiscal pois a Companhia ainda não está gerando lucro tributável.

19 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não havia contingências cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável.

A composição das contingências passivas envolvendo questões cíveis, trabalhistas, ambientais e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda para os quais nenhuma provisão foi constituída, baseado nas práticas contábeis vigentes é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Natureza		
Cíveis	529	300
Trabalhista – SAT	-	29.718
Tributária diversas (a)	-	15.879
Total	529	45.897

- (a) O processo de natureza tributária nº 202220426, no valor de R\$ 15.879, referente ao exercício de 2024, movido pela SEFAZ-CE em face da CDV Desenvolvimento, foi liquidado pelo montante de R\$ 5.881, por meio de adesão ao REFIS, em 29 de dezembro de 2025, com obtenção de 100% de desconto sobre juros e multas.